

**SUMÁRIO**

<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Introdução</b> .....	19
<b>1. O Tratamento Molecular de Direitos</b> .....	25
<b>1.1 O fenômeno da multiplicação de direitos</b> .....	26
1.1.1 <i>Peculiaridades do Estado de Direito: do Estado Legal ao Constitucional</i> .....	26
1.1.2 <i>O Estado Democrático de Direito Brasileiro: análise de seus fundamentos</i> .....	31
1.1.3 <i>Os direitos fundamentais na Teoria Geracional dos Direitos Humanos: a problemática do acesso efetivo à Justiça</i> .....	34
1.1.4 <i>A tutela coletiva de direitos e a tutela de direitos coletivos</i> ....	42
1.1.5 <i>Sistematização de conceitos</i> .....	43
<b>1.2 A tutela coletiva brasileira</b> .....	50
1.2.1 <i>O microsistema autônomo de regulação brasileiro</i> .....	53
1.2.1.1 <i>Ação civil pública e ação coletiva: a questão terminológica</i> 56	
1.2.1.2 <i>O movimento pela codificação do direito processual coletivo</i> 63	
1.2.1.3 <i>O Projeto de Lei 5.139/2009 e a busca por um “Sistema Único Coletivo”</i> .....	67
1.2.2 <i>O acesso à Justiça Coletiva como direito humano fundamental</i> 73	
1.2.3 <i>Instrumentos de acesso à Justiça Coletiva na Constituição Federal de 1988</i> .....	81
1.2.3.1 <i>Ações de controle de constitucionalidade</i> .....	83
1.2.3.2 <i>Ação popular</i> .....	85
1.2.3.3 <i>Mandado de segurança coletivo</i> .....	89
1.2.3.4 <i>Mandado de injunção coletivo</i> .....	93
1.2.3.5 <i>Ação de impugnação de mandato eletivo</i> .....	96
1.2.3.6 <i>Dissídio coletivo</i> .....	97
1.2.3.7 <i>Ação civil pública</i> .....	99
<b>1.3 Principiologia</b> .....	100

1.3.1	<i>Conceito de “princípios”</i> .....	102
1.3.2	<i>Princípios do direito processual coletivo</i> .....	105
1.3.2.1	<i>Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo</i> .....	108
1.3.2.2	<i>Princípio da máxima prioridade da tutela jurisdicional coletiva</i> .....	110
1.3.2.3	<i>Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva</i> .....	112
1.3.2.4	<i>Princípio da presunção de legitimidade ativa pela afirmação do direito</i> .....	114
1.3.2.5	<i>Princípio da não taxatividade ou da atipicidade da ação coletiva</i> .....	116
1.3.2.6	<i>Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva</i> .....	120
1.3.2.7	<i>Princípio da máxima efetividade do processo coletivo</i> .....	122
1.3.2.8	<i>Princípio da máxima amplitude da tutela jurisdicional coletiva</i> .....	125
1.3.2.9	<i>Princípio da proporcionalidade como técnica de ponderação</i> .....	128
1.3.2.10	<i>Princípio da participação pelo processo</i> .....	132
1.3.2.11	<i>Princípio do ativismo judicial e institucional</i> .....	133
1.3.2.12	<i>Princípio da ampla divulgação da demanda e da devida informação</i> .....	143
1.3.2.13	<i>Princípio da subsidiariedade ou do microsistema coletivo</i> .....	144
1.3.2.14	<i>Princípio da tutela coletiva adequada</i> .....	145
<b>2.</b>	<b>O Procedimento Comum Coletivo</b> .....	<b>149</b>
<b>2.1</b>	<b>O sistema integrado coletivo</b> .....	<b>149</b>
2.1.1	<i>Os procedimentos coletivos brasileiros</i> .....	151
<b>2.2</b>	<b>O modo de ser do processo coletivo</b> .....	<b>154</b>
2.2.1	<i>Do objeto da ação civil pública</i> .....	154
2.2.2	<i>Da competência</i> .....	159
2.2.2.1	<i>Das regras de conexão, continência e litispendência</i> .....	165
2.2.2.2	<i>Da relação entre as ações individuais e coletivas</i> .....	169
2.2.3	<i>Da legitimação ativa</i> .....	172
2.2.3.1	<i>Da pertinência temática</i> .....	174
2.2.3.2	<i>Do juízo de admissibilidade</i> .....	182
2.2.4	<i>Da assistência e da intervenção de terceiros</i> .....	191
2.2.5	<i>Da atuação do Ministério Público</i> .....	197
2.2.5.1	<i>Do inquérito civil público</i> .....	205
2.2.5.2	<i>Do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta</i> .....	207
<b>2.3</b>	<b>Do procedimento comum coletivo</b> .....	<b>212</b>

2.3.1	<i>Dos requisitos da petição inicial</i> .....	215
2.3.1.1	<i>Da concessão de liminares e da antecipação da tutela</i> .....	217
2.3.1.2	<i>Do pedido e da causa de pedir</i> .....	219
2.3.2	<i>Dos recursos e seus efeitos</i> .....	222
2.3.3	<i>Do abandono, da desistência e da extinção do processo</i> .....	226
2.3.4	<i>Da coisa julgada coletiva</i> .....	227
2.3.5	<i>Ações coletivas passivas</i> .....	231
<b>3.</b>	<b><i>O Processo Coletivo sob o Prisma da Efetividade</i></b> .....	<b>237</b>
<b>3.1</b>	<b><i>A efetividade interna</i></b> .....	<b>238</b>
3.1.1	<i>Efetividade interna extrajudicial</i> .....	238
3.1.1.1	<i>Da efetividade interna extrajudicial administrativa</i> .....	238
3.1.1.2	<i>Da efetividade interna extrajudicial investigatória</i> .....	244
3.1.2	<i>Efetividade interna judicial</i> .....	252
3.1.2.1	<i>Da efetividade interna judicial postulatória</i> .....	258
3.1.2.2	<i>Da efetividade interna judicial instrutória</i> .....	275
3.1.2.3	<i>Da efetividade interna judicial procedimental e decisória</i> ...	280
3.1.2.4	<i>Da efetividade interna judicial executiva e reparatória</i> .....	288
<b>3.2</b>	<b><i>Efetividade externa</i></b> .....	<b>303</b>
	<b><i>Conclusão</i></b> .....	<b>309</b>
	<b><i>Referências bibliográficas</i></b> .....	<b>313</b>
	<b><i>Projeto de Lei 5.139/2009</i></b> .....	<b>325</b>